



PAINHAS

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A MISSÃO

A PAINHAS, S.A. (“PAINHAS”), pessoa coletiva n.º 500974357, com sede social na Praça Mouzinho de Albuquerque - Edifício Brasília, n.º 113, 5.º, 4100-359 Porto, Portugal, estabeleceu como prioridade nas suas políticas a proteção dos dados pessoais por si recolhidos e tratados.

Como tal, serve a presente POLÍTICA o propósito de integrar os conceitos e as diretrizes subjacentes a uma boa conduta à luz do Regulamento (EU) 2016/679, de 27 de abril de 2016 (“Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Pessoais” ou “RGPD”).

Esta POLÍTICA vincula a PAINHAS no exercício da sua atividade e é transversal às relações que mantém ou prevê manter com os seus Colaboradores, Clientes, Utilizadores e Parceiros, podendo ser alterada a todo o tempo na medida do necessário à sua atualização e correção. Qualquer alteração significativa será comunicada.

ÍNDICE

A MISSÃO	2
ÍNDICE.....	3
I. RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	7
II. SOBRE OS DADOS PESSOAIS E SEU TRATAMENTO.....	8
A. IDENTIFICAR DADOS PESSOAIS E OPERAÇÕES DE TRATAMENTO.....	8
DADOS PESSOAIS:	8
TRATAMENTO QUE NÃO EXIGE IDENTIFICAÇÃO:	9
DECISÕES BASEADAS EM TRATAMENTO AUTOMATIZADO DE DADOS:	9
B. FUNDAMENTO DO TRATAMENTO.....	10
EXECUÇÃO DE UM CONTRATO NO QUAL O TITULAR DOS DADOS É PARTE, OU DILIGÊNCIAS PRÉ-CONTRATUAIS A PEDIDO DO MESMO:	10
OBRIGAÇÃO JURÍDICA:	10
FINALIDADE COMPATÍVEL COM AQUELA PARA A QUAL OS DADOS FORAM INICIALMENTE RECOLHIDOS:	10
INTERESSES LEGÍTIMOS PROSSEGUIDOS PELO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS OU POR OUTREM:	11
CONSENTIMENTO:.....	11
C. CONSERVAÇÃO E FINALIDADE DO TRATAMENTO	12
SOBRE A FINALIDADE.....	12
SOBRE A DURAÇÃO	12
III. DADOS PESSOAIS NA ESTRUTURA EMPRESARIAL.....	13
A. DADOS PESSOAIS DOS COLABORADORES	13
NO ÂMBITO DE RECRUTAMENTO E CONTRATAÇÃO:.....	13
EM CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS:.....	14

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS



PAINHAS

ESPECIAL INCIDÊNCIA NO ÂMBITO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO:.....	15
EM SEDE DE VIDEOVIGILÂNCIA:.....	17
NO SEGUIMENTO DA BOA GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS E DA RELAÇÃO LABORAL:.....	18
SÃO PRAZOS LEGALMENTE DEFINIDOS DE CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM CONTEXTO LABORAL (EXTENSÍVEIS LICITAMENTE DESDE QUE SEJAM INTERESSES LEGÍTIMOS DA PAINHAS):	19
B. DADOS PESSOAIS DE CLIENTES.....	20
CONTRATAÇÃO DOS SEUS SERVIÇOS:	20
PARA FINS PUBLICITÁRIOS:	21
C. DADOS PESSOAIS DE UTILIZADORES.....	22
NA UTILIZAÇÃO DOS SEUS WEBSITES, NOMEADAMENTE, ATRAVÉS DE TECNOLOGIAS DE RASTREAMENTO E DE CONTROLO DE COMPORTAMENTOS NOS MESMOS:.....	22
COM A SUBSCRIÇÃO DE <i>NEWSLETTERS</i> E MARKETING DIRETO:	23
ATRAVÉS DO ENVIO DE COMUNICAÇÕES VOLUNTÁRIAS:	24
COM A CANDIDATURA A OFERTAS DE EMPREGO:.....	25
UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS:.....	26
IV – PARCEIROS.....	27
V. PRINCÍPIOS QUE VINCULAM O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	30
PRINCÍPIO DA LICITUDE:	30
PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA:	30
PRINCÍPIO DA LIMITAÇÃO DAS FINALIDADES:.....	30

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS



PAINHAS

PRINCÍPIO DA MINIMIZAÇÃO DOS DADOS E DA LIMITAÇÃO DO SEU TRATAMENTO:	30
PRINCÍPIO DA EXATIDÃO, DA INTEGRIDADE E DA LEALDADE DOS DADOS:	30
PRINCÍPIO DA CONFIDENCIALIDADE:	30
VI. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS	31
<i>A privacidade da pessoa é um direito fundamental cada vez mais privilegiado.</i>	31
A. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS	31
DIREITO DE ACESSO:	31
DIREITO DE RETIFICAÇÃO:	31
DIREITO À LIMITAÇÃO E AO APAGAMENTO ('DIREITO A SER ESQUECIDO'):	31
DIREITO DE PORTABILIDADE	32
DIREITO DE OPOSIÇÃO	32
B. LIMITAÇÕES AOS DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS	32
C. TUTELA DOS DIREITOS DO TITULAR	33
D. OBRIGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	33
VII. TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS	34
GRUPO EMPRESARIAL:	34
COOPERAÇÃO COM PARCEIROS E PRESTADORES DE SERVIÇOS:	34
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A CLIENTES:	34
VIII. CONFIDENCIALIDADE DO TRATAMENTO	36
PROFISSIONAIS OBRIGADOS AO SIGILO:	36
IX. AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS (AIPD)	37
X. VIOLAÇÃO DE DADOS PESSOAIS	39
A. OBRIGAÇÃO DE REPORTAR INCIDENTES	39
B. COOPERAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM A AUTORIDADE DE CONTROLO	39

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS



PAINHAS

XI. ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	41
ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS	41
XII. SEGURANÇA E PRIVACIDADE NO TRATAMENTO DE DADOS: TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, E OUTRAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	43

I. RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A PAINHAS é, nos termos do RGPD e ao abrigo desta POLÍTICA, “Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais”, sendo-o, por conseguinte, também pelos danos que resultem para os titulares dos dados pessoais objeto das operações de tratamento que realiza.

Esta qualidade deriva do facto de recolher e tratar (**operações de tratamento**) **dados de pessoas singulares** que, independentemente da sua nacionalidade ou local de residência, se encontrem na União Europeia.

Mas a PAINHAS é também “Subcontratante” ou “Terceiro” para aquele efeito. Estas qualidades derivam do facto de levar a cabo operações de tratamento de dados **por conta** de outra entidade, ou por esta **autorizada**, respetivamente.

A PAINHAS integra também um **grupo empresarial** nos termos do RGPD – PAINHAS GROUP - , o que não afeta a sua qualidade de Responsável de Tratamento de Dados Pessoais e dos deveres que lhe assistem como tal.

Foi neste sentido que considerou a necessidade de um plano de controlo, manutenção e proteção da privacidade dos titulares dos dados que trata nessa qualidade, em conformidade e nos termos do RGPD.

Especialmente, a PAINHAS assume, nos termos desta POLÍTICA, o dever de:

- .1 Aplicar medidas técnicas e organizativas adequadas a assegurar e a comprovar que as operações de tratamento que realizam são conformes com o RGPD.
- .2 Cooperar com as Autoridades de Controlo, reportando situações de incidentes e solicitando pareceres, quando necessário e/ou adequado.
- .3 Adotar mecanismos e procedimentos de comunicação, céleres e eficazes, com o titular dos dados pessoais, bem assim como as medidas técnicas e organizativas necessárias à assistência e salvaguarda dos seus respetivos direitos.
- .4 Identificar subcontratantes de forma a regular as suas relações com os mesmos nos termos do RGPD.
- .5 Cooperar ativamente com o Encarregado de Proteção de Dados designado.

II. SOBRE OS DADOS PESSOAIS E SEU TRATAMENTO

A PAINHAS reconhece que para que esta POLÍTICA seja o mais transparente e esclarecedora possível é necessário identificar o tipo de dados pessoais tratados e as operações de tratamento conduzidas, bem como compreender o que está em causa em cada uma delas.

Desta forma, todos os “parceiros” – entidades subcontratadas ou terceiros –, colaboradores, clientes, e utilizadores com quem se relacione, conseguirão compreender os seus deveres e/ou direitos em matéria de proteção de dados que lhes assistem.

A. IDENTIFICAR DADOS PESSOAIS E OPERAÇÕES DE TRATAMENTO

DADOS PESSOAIS: Engloba **qualquer informação de uma pessoa natural**, independentemente da natureza e do respetivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular, suscetível de a identificar ou de a tornar identificável, direta ou indiretamente, por referência a um identificador. Designadamente por referência a:

- .1 Números de identificação - como o número de cliente ou de colaborador.
- .2 Elemento(s) específico(s) da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social - como através da sua representação por fotografias, voz, impressão digital e serviços de videovigilância, de publicações em redes sociais, do historial clínico e/ou escolar, dos gostos musicais.
- .3 Dados de localização.
- .4 Identificadores por via eletrónica - endereços IP, *cookies* e outras tecnologias semelhantes.

OPERAÇÕES DE TRATAMENTO DE DADOS: OPERAÇÕES DE TRATAMENTO DE DADOS:

Engloba toda aquela atividade que seja efetuada sobre dados pessoais, independentemente do meio através do qual é realizada (automatizado ou não), tais como “*a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou a interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição*” – em conformidade com o artigo 4.º (“definições”) do RGPD.

TRATAMENTO QUE NÃO EXIGE IDENTIFICAÇÃO: Não serão dados pessoais as informações anónimas ou que foram tornadas de tal modo anónimas que o seu titular não seja - ou deixe de ser - identificado ou identificável (“**dados anónimos**”); mas já o serão os dados “**pseudoanónimos**” na medida em que permitem a identificação do seu titular através de informações adicionais – como por exemplo, um endereço de *e-mail* criptografado ou um ID de usuário.

Sempre que no exercício das suas atividades de processamento de dados pessoais a PAINHAS não tenha obtido, não mantenha, ou não trate informações que permitem identificar um titular de dados pessoais, apenas se este fornecer informações adicionais é que aquela se obriga a assistir os direitos dos titulares dos dados tratados. Tal acontece, por exemplo, quando trata dados anónimos ou anonimizados.

DECISÕES BASEADAS EM TRATAMENTO AUTOMATIZADO DE DADOS: O “**tratamento automatizado**” compreende operações efetuadas com recurso a processos automatizados como por exemplo de registo de dados ou aplicação a esses dados de operações lógicas e/ou aritméticas, mas também a sua modificação, supressão, extração ou difusão. Os titulares dos dados não estarão sujeitos a decisões tomadas, exclusivamente, com base em tratamento automatizado dos seus dados pessoais - sobretudo para criação e avaliação de perfis ou comportamentos -, a não ser que nisso expressamente consintam, se tal tratamento automatizado for necessário à celebração ou execução de um contrato em que o titular seja parte, ou se tal estiver legalmente previsto. Em todo o caso, o titular dos dados será devidamente **informado da lógica subjacente** a um tratamento desse tipo e das eventuais **consequências** que dele resultem para os seus direitos, liberdades e interesses fundamentais, bem como sobre a possibilidade de:

- .1 Se **oporem** a que os seus dados sejam tratados nestes termos.
- .2 **Obterem intervenção** humana por parte da PAINHAS no tratamento dos dados.
- .3 **Manifestarem o seu ponto de vista e contestarem a decisão.**

B. FUNDAMENTO DO TRATAMENTO

As operações de tratamento de dados pessoais levadas a cabo pela PAINHAS estarão sempre condicionadas à verificação de um fundamento, que pode ser:

EXECUÇÃO DE UM CONTRATO NO QUAL O TITULAR DOS DADOS É PARTE, OU DILIGÊNCIAS PRÉ-CONTRATUAIS A PEDIDO DO MESMO: As operações de tratamento de dados pessoais com **fundamento num contrato a que o titular dos dados se submeteu ou pretende submeter** - como por exemplo um contrato de trabalho, de prestação de um serviço, ou de compra e venda de um bem -, dependem da sua necessidade para celebração do contrato pretendido, na medida em que tal esteja devidamente justificado e documentado.

Estes dados poderão ser utilizados para preparar ofertas comerciais e propostas contratuais no seguimento do pedido do titular relacionado com a execução e/ou celebração de um contrato.

OBRIGAÇÃO JURÍDICA: Os dados do titular podem ser tratados se tal for exigível por **legislação** da União Europeia ou de um Estado-Membro, como é o caso de Portugal.

FINALIDADE COMPATÍVEL COM AQUELA PARA A QUAL OS DADOS FORAM INICIALMENTE RECOLHIDOS: Os dados recolhidos poderão ser usados com **diferente propósito (finalidade)** desde que tal seja compatível com o fundamento que permitiu a recolha inicial daqueles mesmos dados e que pode ser – a título ilustrativo – qualquer um dos acima referidos nesta POLÍTICA. Conquanto, é nuclear o dever de se averiguar, entre outros:

- .1 Do cumprimento dos requisitos de licitude do tratamento inicial.
- .2 Da existência de uma ligação entre a primeira finalidade e aquela a que se destina a nova operação de tratamento que se pretende efetuar.
- .3 Do contexto em que os dados pessoais foram recolhidos, em especial das expectativas razoáveis do titular dos dados quanto à sua posterior utilização dos mesmos, baseadas na sua relação com o responsável pelo tratamento.
- .4 Da natureza dos dados pessoais.
- .5 Das consequências que o posterior tratamento dos dados pode ter para o seu titular.
- .6 Da existência de garantias adequadas tanto no tratamento inicial como nas outras operações de tratamento previstas.

INTERESSES LEGÍTIMOS PROSEGUIDOS PELO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS OU POR OUTREM: O tratamento de dados fundamentado em interesses próprios da PAINHAS ou de eventuais parceiros apenas será lícito se não implicar que algum direito ou liberdade fundamental do titular seja descurado.

Poderá existir **interesse legítimo** quando:

- .1 Existindo uma relação relevante e apropriada entre a PAINHAS e o titular dos dados (por exemplo, em caso de o titular ser cliente da PAINHAS), este consiga esperar tratamento adicional dos seus dados.
- .2 Seja necessário à prevenção e controlo de fraude ou outras formas de segurança.
- .3 Sirva efeitos de comercialização direta.
- .4 A PAINHAS integre um grupo empresarial – como é o caso - ou detenha ligação semelhante com alguma entidade que justifique a transmissão de dados pessoais entre si e em respeito pelos demais normativos do RGPD (essencialmente os relativos à transmissão de dados para países terceiros).

CONSENTIMENTO: O **consentimento** será o último fundamento de tratamento de dados a ser utilizado pela PAINHAS para justificar as operações de tratamento de dados que realiza. A PAINHAS apenas solicitará autorização do titular para este efeito quando não exista outro e, sempre que seja o caso, recorrerá a mecanismos que permitam **documentar** os justos termos em que o consentimento for prestado.

Nas situações de pessoas com deficiência visual ou auditiva, estas sempre terão direito a um **processo comunicacional adaptado** à sua condição particular. O mesmo acontecerá nos casos em que a pessoa não saiba ler ou escrever, ocasião em que pode recorrer à assinatura a rogo, depois de lhe ser dada toda a informação necessária e de lhe ser lido o consentimento que presta. Pode ainda ser este ser prestado **verbalmente**, se o seu titular permitir que seja devidamente documentado e arquivado.

Apenas existirá consentimento quando revelado por **um ato positivo, claro e que reflita a vontade livre, específica, informada e inequívoca** do titular dirigida a determinado tratamento sobre os seus dados pessoais, podendo ser **revogado a todo o tempo**.

Em momento algum poderão ser utilizados artifícios com vista à obtenção indevida do consentimento do titular de dados, como o uso de opções pré-validadas ou do silêncio como forma de consentimento implícito.

C. CONSERVAÇÃO E FINALIDADE DO TRATAMENTO

O tratamento de dados pessoais poderá ainda pressupor a identificação de uma **finalidade específica de tratamento**, e dependerá sempre da definição dos períodos de duração do tratamento e da conservação dos dados pessoais tratados.

SOBRE A FINALIDADE: No momento da recolha de dados pessoais o titular deve autorizar o tratamento sobre os seus dados relativamente a uma ou várias finalidades específicas e explícitas que serão por si conhecidas.

SOBRE A DURAÇÃO: A operação de tratamento de dados pessoais deve ser feita pelo período mínimo necessário, findo o qual a PAINHAS cessará a atividade de tratamento ou solicitará a autorização do titular para, justificadamente, não o fazer.

A duração da operação de tratamento poderá extravasar as finalidades em prol das quais os dados foram recolhidos, em função do que resultar das disposições legais associadas a períodos obrigatórios de tratamento de dados, e dos prazos legais relativos a defesa dos direitos das partes. Logo, e ilustrando, perante a hipótese de um cliente solicitar um serviço e esse ser prestado sem que tenha sido pago ainda o preço do mesmo, a PAINHAS conservará os dados daquele titular (e cliente) pelo tempo de prescrição do seu crédito.

III. DADOS PESSOAIS NA ESTRUTURA EMPRESARIAL

No exercício de atividade que prossegue a PAINHAS trata dados pessoais de (A) **colaboradores**, de (B) **clientes**, e de (C) **utilizadores**.

A. DADOS PESSOAIS DOS COLABORADORES

NO ÂMBITO DE RECRUTAMENTO E CONTRATAÇÃO: O **recrutamento** tanto pode ter por base um processo promovido pela PAINHAS – nomeadamente com a **publicitação** de ofertas de emprego no seu *website* ou em plataformas *on-line* –, como a receção de **currículos vitais** a título de **candidaturas espontâneas** recebidas.

O procedimento de recrutamento poderá implicar que a PAINHAS estabeleça várias fases de tratamento de informação e que vão desde o recebimento dos currículos, a avaliação dos mesmos, à seriação e seleção de candidatos. Em última linha, o recrutamento culmina em **momento negocial e de contratação**, em que os dados recolhidos nestes termos serão os mesmos que servirão de base ao contrato de trabalho a celebrar.

Este tratamento será sempre feito **com intervenção humana**, pelos Recursos Humanos da PAINHAS, que garante a **confidencialidade** no seu tratamento nos termos desta POLÍTICA.

Em situações como a de recebimento de currículos em mão, os dados pessoais são facultados na área de receção da PAINHAS e, só num segundo momento serão tratados pelo responsável pelo processo de recrutamento. Nestes casos, o titular dos dados pessoais deverá facultá-los atendendo a este circunstancialismo, mediante o recurso a um envelope fechado ao cuidado dos Recursos Humanos, ou outro depósito seguro de informação.

Em todo o caso, a PAINHAS sempre **informará** o titular desta condição no momento de recolha dos seus dados e, sempre que possível, disponibilizará um depósito fechado ou um invólucro.

Esta informação pessoal – mormente **dados pessoais identificativos** como o nome e contactos, e **dados académicos e profissionais** como certificados de curso e experiência profissional -, será tratada pela PAINHAS por referência ao prazo legal de conservação de **5 anos**.

EM CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS: Existem várias **disposições legais** que regulam o tratamento de dados de colaboradores pela entidade empregadora, como:

- .1 Para o cumprimento de obrigações legais para com a **Segurança Social**: envio de dados para serviços de contabilidade para inscrição e cessação de colaboradores junto da segurança social, para efeitos de inscrição e cessação de colaboradores no fundo de garantia salarial, e bem assim como para resolução de questões em geral referentes aos trabalhadores com esta entidade pública.
- .2 Para cumprimento do **Código de Trabalho** no que diz respeito às obrigações do empregador, designadamente, com vista à realização de formação profissional, a registos de horário, de férias, e outras como a obrigação de manter mapas de deslocações e a marcação de ponto associada a impressão digital ou reconhecimento facial (dados biométricos).
- .3 Para o cumprimento de obrigações legais para com a **Autoridade para as Condições de Trabalho**, como é o caso ainda que não único, das obrigações de comunicação de acidentes mortais ou que evidenciem lesão física grave.
- .4 Para cumprimento de obrigações de comunicação ou outras relacionadas com o envio de informação a **tribunais, agentes de execução, ou outras entidades estatais**.
- .5 Envio de informações à **Autoridade Tributária**, como declarações de rendimentos para efeitos de descontos.
- .6 Para o cumprimento das obrigações de informação estatística ao **Instituto Nacional de Estatística, I.P.**, desde logo para efeitos de estatística oficial sobre acidentes de trabalho.
- .7 No âmbito da gestão da informação dos **Serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho**.
- .8 Envio de dados de colaboradores para **seguradoras** com vista ao cumprimento de obrigações legais referentes ao seguro de acidentes de trabalho, tais como envio de recibos de vencimento e de listagem completa dos colaboradores para o mediador de seguros.

- .9 Em sede de execução medidas preventivas de **segurança**, nomeadamente com registos fotográficos de simulacros de incêndio, definição e afixação da rede de socorristas, arquivo dos contactos de emergência dos colaboradores, entre outras.

ESPECIAL INCIDÊNCIA NO ÂMBITO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO: Decorre – desde logo do Código do Trabalho –, que, a PAINHAS, enquanto Entidade Empregadora, é obrigada a organizar as suas **atividades de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho** para prevenir riscos profissionais e a promover de saúde dos colaboradores, optando por fazê-lo centralizando a estes serviços nos seus quadros internos.

Os dados pessoais tratados em sede de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho serão tratados por profissionais devidamente qualificados pelo título profissional legalmente exigido, e, aptos para assegurar as condições de segurança da informação necessárias. A informação relativa à **Segurança no Trabalho** – como a realização de relatórios com vista a identificar o risco de doença profissional –, será tratada por técnicos de segurança que assegurem tais condições. Já a **informação de saúde**, respetiva responsabilidade técnica, e efetivo tratamento, estará adstrita aos médicos, médicos assistentes e enfermeiros do trabalho.

Todos estes profissionais cooperarão entre si no exercício das suas funções, em total respeito pelas obrigações de **sigilo** e de **confidencialidade** a que estão legal e profissionalmente vinculados.

Face à **sensibilidade** inerente aos dados de saúde dos colaboradores - como a informação relativa aos seus resultados médicos, à ocorrência de baixas por doença e/ou sinistro -, e aos dados relativos a hábitos pessoais - como a tendência para o tabagismo -, a PAINHAS compromete-se a:

1. Assegurar medidas de não discriminação;
2. A controlar os hábitos pessoais apenas no estritamente necessário, quando estas informações se possam relacionar com certas sintomatologias e outros dados de saúde;
3. Garantir medidas de segurança da informação. Tal inclui a própria conservação dos documentos de forma segura e pelo período legalmente definido, a adoção de medidas

internas quanto à circulação e acesso dessa informação, e a separação destes dados pessoais dos demais que circulem na estrutura.

Desde logo, em relação à **informação de saúde**, a PAINHAS apenas terá acesso à ficha de aptidão do colaborador através do responsável pelos Recursos Humanos da PAINHAS, e a outras indicações médicas que sejam necessárias ao exercício das suas funções e que não estejam abrangidas pelo sigilo profissional.

Em termos organizacionais, cada colaborador será associado a uma “ficha clínica individual” onde consta todo o registo relativo a informação de saúde que lhe diga respeito. Esta integrará a “informação médica” inscrita pelo profissional de saúde responsável por assistir o colaborador no âmbito da **Medicina no Trabalho**, designadamente, os resultados dos exames médicos realizados.

O acesso à informação de saúde por parte do colaborador será sempre feito por intermediário do profissional de saúde que o assiste, sem prejuízo de o médico responsável dever entregar-lhe cópia da sua ficha clínica quando deixe de prestar serviço na empresa.

Os registos e arquivos relativos aos serviços de segurança e de saúde no trabalho devem ser mantidos, pelo menos durante **40 anos**, a contar do final da exposição aos perigos inerentes ao seu posto de trabalho.

NAS RELAÇÕES COM SEGURADORAS: Em cumprimento das suas obrigações legais em matéria de transferência de responsabilidade, a PAINHAS relaciona-se com seguradoras que oferecem cobertura sobre os acidentes de trabalho dos seus colaboradores, sendo também esta uma obrigação legal a que está adstrita enquanto Entidade Empregadora.

É neste sentido que está obrigada a enviar à seguradora informação relativa à **atividade profissional** dos seus colaboradores e segurados, como o seu vencimento, e dados do sinistro ocorrido (acidente de trabalho) mediante o preenchimento da participação do seguro.

A PAINHAS poderá ainda comunicar informação não detalhada dos cuidados prestados aos colaboradores na medida do estritamente necessário à faturação e cobrança de valores, dentro da **gestão desses serviços de saúde**.

Caso a PAINHAS contrate seguros de saúde e de vida cujos beneficiários sejam os seus colaboradores e respetivos familiares, serão os mesmos a fornecer à PAINHAS os próprios os dados e os dos seus familiares, voluntariamente, de forma a usufruir do seguro em causa.

A **comunicação de informação** de saúde dos colaboradores (ou dos seus familiares) nestes termos, apenas será feita a profissional de saúde obrigado ao sigilo indicado pela seguradora ou, na sua ausência, mediante consentimento expresso do colaborador prestado nos termos da presente POLÍTICA.

EM SEDE DE VIDEOVIGILÂNCIA: Nas áreas de acesso e de produção das suas instalações, a PAINHAS recorre a sistemas de captação de vídeo para efeitos de **segurança** de todos os seus colaboradores e demais pessoas que ali circulem. É neste contexto que os dados dos colaboradores da PAINHAS e demais visitantes das suas instalações serão tratados, concretamente, a sua **imagem**.

Nunca a PAINHAS utilizará estes meios para filmar regularmente a execução do trabalho dos seus colaboradores com vista ao controlo da sua atividade, não utilizando os dados recolhidos sem autorização do seu titular a não ser que se sobreponham razões superiores, nomeadamente, de interesse público, como acontecerá no âmbito de investigações criminais devidamente identificadas.

Neste seguimento, os dados estarão devidamente assegurados nos termos desta POLÍTICA, sendo acedidos apenas em caso de alerta ou de auditoria, e não sendo transferidos a terceiros que não nos termos legalmente previstos.

Durante o tempo em que a PAINHAS é legalmente obrigada a conservar estes dados - **30 dias** -, poderá o titular exercer os seus direitos nos termos desta POLÍTICA, findo o qual serão destruídos. Tal não acontecerá, desde logo, se razões superiores se sobrepuserem, nomeadamente de interesse público, como no âmbito de investigações criminais devidamente identificadas.

Os locais objeto de videovigilância encontrarão sempre avisos informativos a alertar para este facto, identificando, igualmente, que pode exercer os seus direitos relativos a estes dados junto da PAINHAS.

NO SEGUIMENTO DA BOA GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS E DA RELAÇÃO

LABORAL: No que diz respeito à gestão dos postos de trabalho e da estrutura humana da empresa, a PAINHAS adota várias **medidas administrativas** que envolvem o tratamento de dados pessoais de colaboradores, tais como:

- .1 Realização de auditorias de ambiente e qualidade promovidas pelo Departamento competente da PAINHAS e que implica, entre outras operações de tratamento de dados pessoais, tratarem qualificações de colaboradores.
- .2 Elaboração de contratos de trabalho.
- .3 Conservação e destruição de currículos.
- .4 Interposição de medidas de apoio ao emprego junto do IEFP.
- .5 Troca de correspondência com os colaboradores, por carta ou *e-mail*.
- .6 Criação de cartões da empresa para efeitos de controlo de acesso a obras e instalações, com o nome e fotografia do colaborador, e, eventualmente um código QR.
- .7 Execução de procedimentos específicos impostos por clientes que subcontratam os seus serviços e que implica, nomeadamente: identificação de equipas, emissão de credenciais de acesso a obras, a realização de auditorias, uso e gestão de aplicações, programas e plataformas de clientes através dos quais estes acedem aos dados dos colaboradores no âmbito da execução de um contrato de prestação de serviços – mormente de empreitada.
- .8 Execução de programas e plataformas de terceiros, concretamente da AQTSE - ASSOCIAÇÃO PARA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO SETOR ENERGÉTICO.
- .9 Criação de procedimentos de segurança e de utilização de máquinas e equipamentos de trabalho, onde são utilizados dados como o número do colaborador, a utilização que faz das máquinas e equipamentos, a sua carta de condução, e outras informações pessoais estritamente necessárias.
- .10 Implementação de programas de gestão empresarial (ERP's) organizados por módulos, de pastas partilhadas em rede, de programas de gestão documental e outras plataformas ou equipamentos, todos associados a políticas de controlo e monitorização de acessos.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS



- .11 Envio de comunicações internas, por exemplo através de *newsletters* a comunicar novos colaboradores, com o nome e fotografia dos mesmos, e Departamento que vão integrar.
- .12 Publicação de fotografias em redes sociais e outros meios acessíveis ao público em geral para efeitos de publicidade da PAINHAS e do grupo empresarial em geral.

Estão em causa – no mais - **dados essencialmente de foro identificativo do colaborador** (nome, número de colaborador, categoria profissional, eventuais contactos), e dados relativos à sua **atividade profissional** – percurso profissional, históricos de ocorrências, entre outros.

Todas estas formas de tratamento derivam do **consentimento** expresso do colaborador, de **interesses legítimos** da PAINHAS, ou de interesses públicos superiores, sendo o mesmo informado desta POLÍTICA aquando a celebração do contrato de trabalho (ou de aditamento para o efeito).

A conservação destes dados será feita pelo **período em que durar a relação laboral**, exceto se houver outros prazos previstos na lei, o colaborador nisso expressamente consentir ou se existirem interesses superiores da PAINHAS ou de outros, devidamente identificados e definidos.

SÃO PRAZOS LEGALMENTE DEFINIDOS DE CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM CONTEXTO LABORAL (EXTENSÍVEIS LICITAMENTE DESDE QUE SEJAM INTERESSES LEGÍTIMOS DA PAINHAS):

- .1 Dados obtidos durante o recrutamento: 5 anos. No entanto, se o colaborador for contratado, os dados deverão ser conservados durante a relação laboral.
- .2 Contratos de trabalho: até 12 anos após o fim dos mesmos.
- .3 Documentos de inscrição e cessação junto da Segurança Social, Fundo de Garantia Salarial, Autoridade para as Condições do Trabalho: até 12 anos após o fim do contrato de trabalho.
- .4 Elementos contabilísticos, como os recibos de vencimento ou o relatório único: até 12 anos após o fim do contrato de trabalho.
- .5 Elementos obrigatórios para a Segurança, Higiene e Saúde no trabalho - o prazo de conservação está definido em 40 anos, mas existe a obrigação de transferir todos estes

dados para os Ministérios competentes se, antes de decorridos 40 anos, a entidade empregadora (PAINHAS) for extinta.

- .6 Elementos de formação profissional: até 1 ano após o fim do contrato de trabalho, mas sempre 3 anos depois da formação do colaborador.
- .7 Registos laborais obrigatórios como o registo de horário e de férias, e o mapa de horário de trabalho: em princípio, o período de conservação será de até 1 ano após o fim do contrato de trabalho, mas poderão ser guardados até 12 anos, sendo necessária uma avaliação da situação em cada caso.
- .8 Documentos respeitantes a seguros: no mínimo 5 anos, e, dependendo da apólice de seguro subscrita, pode atingir o prazo de 1 ano após a cessação contratual se revelar-se superior a 5 anos.

Quanto às formas de conservação, a PAINHAS conservará dados em vários formatos e suportes, recorrendo essencialmente ao formato digital, e fá-lo-á mantendo um arquivo sob as medidas técnicas e organizativas necessárias ao resguardo de dados e ao bom exercício dos direitos por parte dos seus titulares.

B. DADOS PESSOAIS DE CLIENTES

Embora no exercício da atividade que prossegue a PAINHAS recolha e trate essencialmente dados de empresas que, pela sua natureza, não são abrangidos pelo âmbito do RGPD, o núcleo de clientes particulares com quem se relaciona justificam um tratamento cuidado destes dados pessoais em total respeito por esta POLÍTICA e, em primeira linha, pelo RGPD. São vários e distintos os momentos de recolha e tratamento de dados pessoais de clientes:

CONTRATAÇÃO DOS SEUS SERVIÇOS: Em sede negocial, a PAINHAS poderá recolher dados pessoais de clientes particulares que pretendam contratar os seus serviços. Os dados fornecidos no âmbito de tal contrato poderão ser usados em **diligências pré-contratuais e de execução do próprio contrato** a que o cliente se submeteu. Concretamente para:

- .1 Registo dos dados dos clientes em programas de gestão empresarial e de clientes organizados por módulos associados a políticas de controlo e monitorização de acessos.
- .2 Responder a pedidos de informação.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS



- .3 Apresentação de propostas e orçamentos.
- .4 Gestão e processamento de encomendas.
- .5 Faturação, emissão de notas de crédito e de distribuição.
- .6 Elaboração de fichas técnicas.
- .7 Gerir pagamentos dos produtos a comprar, por exemplo para efeitos de emissão de faturas.
- .8 Apoio e acompanhamento do serviço contratado presencialmente, telefonicamente, ou por outra via, nomeadamente para efeitos de avaliação do grau de satisfação do cliente através de questionários como de qualidade.
- .9 Marketing direto.

A PAINHAS respeitará ainda as **obrigações de informação, registo e documentação** associadas a operações de tratamento de dados pessoais cuja base é um contrato, e demais resultantes desta POLÍTICA.

PARA FINS PUBLICITÁRIOS: Os dados fornecidos pelo cliente serão igualmente utilizados para servir finalidades de **publicidade** e de **marketing direto** nos termos do Ponto III. C desta POLÍTICA **“COM A SUBSCRIÇÃO DE NEWSLETTERS E MARKETING DIRETO”**.

SÃO PRAZOS LEGAIS DE CONSERVAÇÃO A CONSIDERAR EM CONTEXTO DE RELAÇÃO COM CLIENTES OU POTENCIAIS CLIENTES:

- .1 Prazo de duração de negociações.
- .2 Prazo de duração do contrato.
- .3 Prazo de caducidade de garantias contratuais.
- .4 Prazo de caducidade de garantias legais.
- .5 Prazo legal ou contratualmente definido de caducidade para denúncia de vícios no serviço prestado.
- .6 Prazo de prescrição de créditos de comerciante pelos bens vendidos a quem não seja comerciante ou os não destine ao comércio: 2 anos.
- .7 Prazo de caducidade do direito ao ressarcimento pelo produtor: 10 anos
- .8 Prazo de prescrição geral: 20 anos.

- .9 Prazo de conservação dos livros, registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte: 12 anos.
- .10 Prazo de prescrição de procedimento criminal: 15 anos.
- .11 Prazo correspondente ao período durante o qual vigorar a subscrição de *newsletters*, sem prejuízo de os dados serem periodicamente eliminados.
- .12 Prazo relativo ao período durante o qual as comunicações trocadas entre as partes durarem, independentemente da sua natureza.

A anonimização de dados, nomeadamente para fins estatísticos, implica que os dados deixem de ser pessoais e possam ser tratados em função das necessidades da empresa.

C. DADOS PESSOAIS DE UTILIZADORES

NA UTILIZAÇÃO DOS SEUS WEBSITES, NOMEADAMENTE, ATRAVÉS DE TECNOLOGIAS DE RASTREAMENTO E DE CONTROLO DE COMPORTAMENTOS NOS MESMOS: A PAINHAS é proprietária do *website* “www.painhas.pt” que possibilita ao seu utilizador conhecer os serviços por si prestados.

Como em qualquer outro *website*, a PAINHAS recorre ao uso de **tecnologias suscetíveis de tratarem dados pessoais dos seus utilizadores** - como é o caso dos testemunhos de conexão (“*cookies*”), mas não só.

O uso destas tecnologias implica que a PAINHAS conheça a forma como o utilizador interage com o seu *website* através dos dispositivos utilizados para o efeito, ou seja, por recolher **informações sobre o dispositivo utilizado** - como por exemplo, o sistema operativo e browser utilizados, a data e duração da utilização do *website*, e até a identificação de *websites* anteriormente visitados; mas também **informações de localização** - como endereço IP, GPS, pontos de acesso WI-FI e torres de dados móveis; e, até, **informações de acesso e de início de sessão** – como a data do último início de sessão.

Tais dados serão tratados pela PAINHAS para efeitos de gestão dos serviços que disponibiliza nos termos da presente POLÍTICA mas, também, para **fins estatísticos**: por a PAINHAS prestar serviços *on-line* e o contacto com o utilizador passar também por esta via, identificar e definir um público-alvo é fundamental aos seus interesses e dos seus Parceiros. Sempre que possível, esta

informação será organizada de forma anónima, agregada às características e comportamentos dos seus utilizadores, fazendo segmentação e desenvolvimento de perfis anónimos.

Por outro lado, o uso destas tecnologias serve para **facilitar e acomodar a utilização do website**, sendo fundamental à **experiência de navegação**, bem como para **evitar situações de fraude** ou outras similares que impliquem um risco para a **segurança** dos seus utilizadores.

Serão também usados pelos seus parceiros sempre que a PAINHAS subscreva algum serviço que implique a recolha e tratamento de dados dos seus utilizadores. Tal poderá acontecer, por exemplo, com serviços dedicados à análise da **interação dos utilizadores** com o *website*, naqueles termos. Ou seja, para definir o perfil dos utilizadores do *website*, mediante a análise das suas preferências e atitudes.

COM A SUBSCRIÇÃO DE NEWSLETTERS E MARKETING DIRETO: No *website* da PAINHAS os seus utilizadores poderão subscrever *newsletters*, requerendo o envio, para o seu endereço de *e-mail*, de publicidade e outras formas de informação acerca das atividades e serviços que lhes poderão interessar promovidas pela PAINHAS ou pelos seus Parceiros.

Assim, alguns dos dados fornecidos servirão finalidades de **publicidade**, mas também de **marketing direto**.

A PAINHAS apenas tratará de dados para fins de **marketing direto** quando estejam verificados os requisitos legais:

- .1 De produtos/serviços próprios da PAINHAS;
- .2 Destinado a clientes atuais ou pessoas que solicitaram uma oferta ou proposta;
- .3 Não seja feito por meios eletrónicos.

Neste último caso, de **Marketing Eletrónico**, apenas será feito se a PAINHAS tiver já **interação comercial** com os seus clientes, como acontece, por exemplo, no âmbito de um contrato de prestação de serviços ou de compra e venda de um bem.

Com o envio de *newsletters* é possível à PAINHAS analisar a **interação dos seus subscritores com as comunicações** que envia, nomeadamente, com vista à deteção do número de

newsletters abertas e descartadas, cliques feitos em hiperligações dentro da comunicação, a caracterização do dispositivo usado para abrir a *newsletter* e, até, os sistemas operativos utilizados.

Este tipo de análise é do **interesse legítimo** da PAINHAS, desde logo, para averiguar da eficácia e eficiência dos seus serviços.

Quando as operações de tratamento sejam realizadas com este enquadramento, o titular de dados terá ao seu alcance procedimentos céleres e eficazes para exercer os seus direitos de oposição. A todo o tempo, o utilizador poderá opor-se às operações de tratamento sobre os seus dados realizadas nos termos deste ponto da POLÍTICA, nomeadamente, ao envio de *newsletters* mediante a seleção da opção “*unsubscribe*” prevista no final de cada comunicação recebida.

ATRAVÉS DO ENVIO DE COMUNICAÇÕES VOLUNTÁRIAS: A PAINHAS, no *website* de que é titular, disponibiliza aos seus utilizadores contactos e formulários de contacto. O utilizador poderá **encetar comunicações** com a PAINHAS através de tais **contactos** do **formulário próprio de pedido de contacto**, mediante a indicação do seu nome, endereço de *e-mail*, e outra informação que o mesmo entenda como oportuna.

Estes contactos estarão devidamente identificados e limitados na medida do necessário uma vez que poderão ser utilizados para a solicitação de apoio técnico e até reclamações, pedidos de informação, e outras comunicações semelhantes.

Estes dados também integrarão as bases de dados da PAINHAS e serão geridos internamente pelos seus colaboradores em função do **motivo da comunicação**.

O motivo da comunicação é determinante para o período durante o qual esta informação pessoal será mantida, ou seja, em primeira linha, pela duração da comunicação estabelecida, não obstante eventuais prazos de conservação permitam à PAINHAS tratar os dados dos seus utilizadores além do tempo inicialmente previsto. Tal acontecerá, a título de exemplo, com os prazos relativos à extinção de procedimentos criminais quando detetado algum ato criminoso neste contexto.

COM A CANDIDATURA A OFERTAS DE EMPREGO: No *website* da PAINHAS os seus utilizadores poderão candidatar-se às ofertas de emprego ali disponibilizadas numa área dedicada ao recrutamento.

No seguimento da sua candidatura, o utilizador terá de enviar à PAINHAS **dados da sua formação académica e da experiência profissional** – como o *curriculum vitae* -, e **dados identificativos** - como nome, endereço de *e-mail*, contacto telefónico, e outros que constem do *curriculum vitae*. Tal pressupõe que este seja prévia e devidamente informado das operações de tratamento que serão realizadas sobre os seus dados.

Uma vez rececionada, esta informação será arquivada e processada nos termos do Ponto III. A deste relatório **“DADOS PESSOAIS DOS COLABORADORES NO ÂMBITO DE RECRUTAMENTO E CONTRATAÇÃO”**.

Por uma questão de **transparência**, informa-se ainda que o *website* gerido pela PAINHAS está associado a uma base de dados que poderá estar a cargo de entidades subcontratadas para o efeito onde – sempre que seja o caso - será arquivada toda a informação recolhida no mesmo e melhor descrita nos pontos imediatamente anteriores desta POLÍTICA.

A recolha de todos estes dados pessoais e mais alguns no âmbito da utilização de um *website*, não será feita sem mais. A PAINHAS informará os seus utilizadores, na qualidade de titulares de dados pessoais, desta POLÍTICA e de outras dedicadas a regulamentar o tratamento que é feito sobre os mesmos. Estas informações serão facilmente acessíveis e prestadas de forma clara e transparente, associadas a um pedido de consentimento para o tratamento que se pretende fazer dos dados a recolher sempre que necessário, desde logo, perante a ausência de um interesse legítimo da PAINHAS ou dos seus Parceiros que o justifique. Mais se informa que, neste sentido, no *website* está disponível um conjunto de POLÍTICAS INFORMATIVAS sobre as operações de tratamento de dados pessoais realizados no mesmo.

A todo tempo o titular dos dados poderá exercer os seus direitos relativamente aos mesmos, especialmente, sendo que damos ressalvada importância ao “direito ao esquecimento”. O exercício deste direito pressupõe que a PAINHAS apague de imediato os seus dados das suas bases de dados de acordo com os esforços que lhe são exigíveis, sem prejuízo de tal obrigação não lhe incumbir nos demais termos desta POLÍTICA.

Em todo o caso, o utilizador sempre se poderá opor às operações de tratamento sobre os seus dados realizadas nos termos deste ponto da POLÍTICA.

UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS: A PAINHAS gere diretamente algumas contas em redes sociais.

Como tal, poderá aceder a determinadas informações facultadas por estas redes ou diretamente pelos utilizadores. Receberá diretamente desta rede, por exemplo, **informação estatística anónima, informação sobre estilos de vida, e informação sobre centros de interesse** - como dados demográficos respeitantes ao seu público-alvo, mormente para identificar tendências em razão da idade, sexo, situação amorosa e profissão. Diretamente do utilizador poderá receber a **informação identificativa** que associou ao seu perfil, ou até um código identificativo de utilizador.

Os utilizadores destas redes sociais devem, por isso, ler cuidadosa e atentamente as **políticas de privacidade** das mesmas de forma a conhecerem estas e outras operações de tratamento sobre os seus dados pessoais, e que disponibilizam à PAINHAS ou a outras entidades.

Em todo o caso a PAINHAS disponibilizará ao visitante das suas páginas nestas redes, esta informação, bem como limitará – na medida do possível - o contacto direto com o utilizador a uma resposta automática com indicação de contactos.

No geral, as operações de tratamento sobre os dados pessoais recolhidos respeitarão a **finalidade** para o qual forem recolhidos ou o **fundamento** que serve de base à operação de tratamento de dados, os **prazos de conservação** impostos pelos **princípios** da minimização dos dados e da limitação do seu tratamento, bem como as demais exigências, nomeadamente de licitude e de tutela, plasmadas nesta POLÍTICA em conformidade com o RGPD.

IV – PARCEIROS

Em cumprimento das finalidades de tratamento de dados subjacentes à sua atividade – entre as quais plasmadas nesta POLÍTICA -, a PAINHAS terá de tornar os dados pessoais que trata acessíveis aos seus parceiros e prestadores de serviços. Ou seja, qualquer pessoa singular ou coletiva, de natureza pública ou privada, que trate dados pessoais por conta da PAINHAS ou mediante sua autorização: instituições financeiras, seguradoras, prestadores de serviços técnicos e de assessoria, entidades de deteção e prevenção de fraude ou de prestação de serviços de segurança, profissionais encarregados da logística, do transporte, da entrega ou outros serviços como os responsáveis do apoio ao cliente, e, até a prestadores de serviços relacionados com marketing e publicidade.

As pessoas e as entidades referidas estarão obrigados a acordos de regulação de responsabilidades em matéria de proteção de dados pessoais, reduzidos a escrito, com menção ao objeto do contrato com especial incidência sobre a concreta operação de tratamento de dados a realizar, respetiva duração, finalidade do tratamento, tipo de dados pessoais tratados e categorias de titulares de dados pessoais envolvidos, bem como à confidencialidade das operações de tratamento que levam a cabo.

O titular dos dados poderá, a qualquer momento, informar-se dos termos em que os seus dados são tratados pelos parceiros e prestadores de serviços da PAINHAS.

A PAINHAS apenas aceitará relacionar-se com entidades que **assegurem o cumprimento das suas obrigações nos termos desta POLÍTICA**, sem prejuízo de outras que as partes por bem entendam, nomeadamente:

- .1 Quem trata dados por conta da PAINHAS não pode subcontratar entidades para tratar os dados objeto do acordo existente com a PAINHAS, sem o seu consentimento anterior e expresso, fornecido por escrito. E, quando o façam, devem garantir que o subcontratante ulterior cumpre as demais obrigações do RGPD em iguais termos.
- .2 Não transferir os dados pessoais dos titulares a terceiros e/ou para países terceiros salvo quando em cumprimento de uma obrigação legal ou perante a existência de interesse público prevalecente, casos em que deverá informar a PAINHAS.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS



- .3 Guardar sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso na execução do acordo.
- .4 Possuir e manter as medidas técnicas e organizativas adequadas e suficientes para que o tratamento dos dados pessoais que levar a cabo cumpra os requisitos do RGPD, nomeadamente, a respeito da defesa dos direitos dos respetivos titulares e à segurança do referido tratamento, de forma a não colocar em risco os dados pessoais dos respetivos titulares.
- .5 Apagar ou devolver à PAINHAS os dados pessoais a que teve acesso, no término do acordo ente si celebrado, apagando cópias existentes, salvo quando em cumprimento de uma obrigação legal ou perante a existência de interesse público prevalecente, casos em que informará a PAINHAS.
- .6 Disponibilizar à PAINHAS todas as informações necessárias para que esta cumpra as obrigações a que esteja sujeita ao abrigo do RGPD, facilitando e contribuindo para as auditorias, inspeções e demais fiscalizações.
- .7 Conservar registos escritos das operações de tratamento de dados pessoais, realizadas em nome da PAINHAS, nos termos do RGPD, disponibilizando os registos das mesmas à Autoridade de Controlo.
- .8 Não tratar quaisquer outros dados pessoais ou aplicar ou utilizar os dados pessoais para qualquer outra finalidade para além da prestação dos serviços, nem os utilizar para as suas próprias finalidades.
- .9 Disponibilizar a necessária formação em proteção de dados pessoais ao pessoal autorizado a tratar dados pessoais.
- .10 Quando necessário, designar um Encarregado de Proteção de Dados e comunicar o nome e dados de contacto dessa pessoa à PAINHAS.
- .11 Informar a PAINHAS se considerar qualquer das instruções, por esta fornecidas, contrárias ao RGPD ou direito da União ou dos Estados-Membros.
- .12 Permitir a realização de auditorias de conformidade nas suas instalações.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS



PAINHAS

Sempre que a PAINHAS atue nesta qualidade de Parceiro num acordo com outrem, sempre atuará na medida das orientações e demais instruções fornecidas por esse responsável pelo tratamento de dados, não obstante as obrigações plasmadas nesta POLÍTICA.

V. PRINCÍPIOS QUE VINCULAM O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

PRINCÍPIO DA LICITUDE: Apenas serão tratados dados quando exista um fundamento legítimo previsto por lei, em total salvaguarda dos direitos dos respectivos titulares.

PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA: Todas as comunicações e informações relacionadas com as operações de tratamento de dados pessoais serão de fácil acesso e formuladas em linguagem clara e precisa. A PAINHAS privilegiará a recolha de dados pessoais junto do titular dos dados, atuando na medida do possível para salvaguardar que o mesmo está devidamente informado sobre as operações de tratamento conduzidas sobre os seus dados pessoais.

PRINCÍPIO DA LIMITAÇÃO DAS FINALIDADES: Apenas serão tratados dados pessoais na medida em que fins do tratamento não possam ser atingidos por outros meios.

PRINCÍPIO DA MINIMIZAÇÃO DOS DADOS E DA LIMITAÇÃO DO SEU TRATAMENTO: Apenas serão usados os dados pessoais adequados, pertinentes e limitados às necessidades decorrentes dos fins do tratamento, assim como apenas serão conservados pelo período mínimo para o efeito. A PAINHAS estabelecerá prazos de conservação de dados para cada operação de tratamento que lhes diga respeito findo os quais estes serão destruídos ou apagados; bem como, existirá uma revisão regular e periodicamente a licitude dos dados tratados. Sempre que possível, os dados usados serão anonimizados

PRINCÍPIO DA EXATIDÃO, DA INTEGRIDADE E DA LEALDADE DOS DADOS: Para evitar que os dados pessoais tratados sejam indevidamente manuseados a PAINHAS adotará medidas capazes de manter estes dados corretos, atualizados e íntegros, nomeadamente contra a sua perda, destruição ou danificação sob pena de serem apagados.

PRINCÍPIO DA CONFIDENCIALIDADE: Os dados pessoais serão tratados de uma forma capaz de garantir a sua segurança e confidencialidade.

VI. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

A privacidade da pessoa é um direito fundamental cada vez mais privilegiado.

A. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

DIREITO DE ACESSO: O titular dos dados pessoais pode solicitar à PAINHAS ou diretamente junto do seu **Encarregado de Proteção de Dados** o acesso aos dados por si facultados, assim como pode procurar obter as informações que estejam relacionadas com o seu tratamento – sobre quem realmente trata os seus dados pessoais, quais os prazos de tratamento associados, as categorias de dados em que se inserem, e até os direitos de que dispõe sobre os mesmos.

DIREITO DE RETIFICAÇÃO: O titular dos dados pessoais pode e deve retificar os mesmos, não sendo a PAINHAS responsável pelos danos que resultem da negligência e do descuido do titular na sua retificação sempre que as medidas de segurança pertinentes e adequadas tenham sido tomadas.

DIREITO À LIMITAÇÃO E AO APAGAMENTO ('DIREITO A SER ESQUECIDO'): Quando o titular dos dados pessoais entender que as políticas de privacidade apresentadas não são suficientes e quiser “ser esquecido” pelas bases de dados da PAINHAS, pode requerer a limitação de tratamento relativamente a todos ou alguns dos dados pessoais tratados, e, em última instância, o apagamento dos mesmos quando:

- .1 Verifique que os dados mantidos não estão exatos.
- .2 Considere que os dados são desnecessários em relação às finalidades para as quais foram recolhidos.
- .3 Tenha exercido o seu direito de oposição.
- .4 Os dados forem tratados de forma ilícita.
- .5 Exista obrigação legal que obrigue ao apagamento.
- .6 Pretenda retirar o consentimento e não exista outro fundamento para o tratamento.
- .7 Os dados tenham sido recolhidos com consentimento de menor de 16 anos, fornecido no contexto de serviços da Sociedade da Informação.

DIREITO DE PORTABILIDADE: O titular pode requerer portabilidade dos seus dados pessoais mediante o preenchimento e envio de um modelo de formulário de "PEDIDO DE PORTABILIDADE DE DADOS PESSOAIS" dirigido à PAINHAS ou diretamente junto do **Encarregado de Proteção de Dados** por si designado. Desde que tal seja tecnicamente possível, em formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, esta transferirá os dados solicitados nos termos do solicitado.

DIREITO DE OPOSIÇÃO: Sempre que os dados pessoais tratados sejam utilizados para salvaguardar interesses legítimos próprios da PAINHAS, de eventuais Parceiros com quem se relacione, ou de interesses públicos identificados, e o titular de dados pessoais entenda que a forma como os seus dados pessoais são tratados não é a mais indicada à sua situação particular ou que não serve as finalidades para as quais foram facultados, tem o direito de opor-se a tal tratamento.

B. LIMITAÇÕES AOS DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

O exercício de qualquer direito por parte do titular dos dados tratados pela PAINHAS, na qualidade de responsável pelo tratamento, será assistido no prazo de **30 dias**, a menos que se sobreponha razão de interesse público, de interesse legítimo superior próprio da PAINHAS ou de outrem, obrigação legal ou contratual ou, ainda, se o pedido for manifestamente infundado. Tais **factos impeditivos** poderão, inclusive, justificar que os dados facultados sejam conservados para além do período inicialmente previsto.

Sempre que assistirem os titulares dos dados no exercício dos seus direitos, a PAINHAS poderá pedir **informações adicionais** com vista a comprovar titularidade dos dados e natureza do pedido, podendo, caso se justifique, cobrar taxas associadas a este serviço de fornecimento de dados.

A PAINHAS não está obrigada a socorrer os pedidos dos titulares dos dados se tal resultar de disposições legais, nomeadamente como acontece com aos prazos de prescrição ou de caducidade de créditos.

C. TUTELA DOS DIREITOS DO TITULAR

O titular de dados pode tentar resolver diretamente a sua situação com a PAINHAS ou através do seu **Encarregado de Proteção de Dados**. Tal não impede que o titular, sempre que se sinta prejudicado, recorra a outras vias para defender os seus direitos e interesses (ex. reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados ou recurso aos Tribunais).

Para efeitos de processamento de reclamações, os dados facultados serão tratados em função da duração da comunicação estabelecida e do tempo necessário à resolução do conflito apresentado.

D. OBRIGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Além de outros deveres de informação plasmados nesta POLÍTICA, os titulares de dados pessoais tratados pela PAINHAS, serão informados do seguinte:

- .1 A identidade e os contactos da PAINHAS.
- .2 Os contactos do Encarregado da Proteção de Dados designado.
- .3 As finalidades do tratamento a que os dados pessoais se destinam, ou o fundamento para o mesmo.
- .4 Da transferência dos dados pessoais para um país terceiro ou uma organização internacional, e a existência ou não de uma decisão de adequação adotada pela Comissão Europeia.
- .5 Da existência de interesses legítimos da PAINHAS ou de terceiros.
- .6 Os destinatários ou categorias de destinatários dos dados pessoais.
- .7 Do prazo de conservação dos dados pessoais ou, se não for possível, os critérios usados para definir esse prazo.
- .8 Dos seus direitos e forma de exercício dos mesmos.

VII. TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS

GRUPO EMPRESARIAL: No exercício da sua atividade a PAINHAS poderá ter um **interesse legítimo** em transferir dados pessoais “entre si” na medida em que integra um **grupo empresarial**, concretamente para **fins administrativos internos**, incluindo o tratamento de dados pessoais de clientes ou funcionários. Tal acontecerá, nomeadamente, quando transfira dados dos seus colaboradores para a SWITCH ON para efeitos de ação de formação.

COOPERAÇÃO COM PARCEIROS E PRESTADORES DE SERVIÇOS: No âmbito da atividade que desenvolve, a PAINHAS poderá cooperar com entidades suscetíveis de tratarem dados pessoais por sua conta (subcontratantes) ou de lidarem com eles de forma puramente incidental (terceiros) - seus Parceiros. Nestes termos, tornará acessíveis os dados pessoais que trata. Com efeito, todos os parceiros e prestadores de serviços devem concordar manter um nível de proteção de dados pessoais equivalente ao plasmado nesta POLÍTICA.

Em semelhantes ocasiões e por razões de transparência, sempre que possível os titulares dos dados serão informados da identificação destas entidades e do que fazem com os dados tratados.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A CLIENTES: Em sede de execução de contratos com os seus clientes, poderá ser imposto pelos próprios que a PAINHAS transmita dados de colaboradores seus, concedendo acesso aos mesmos.

Em todo o caso, a PAINHAS adotará as medidas adequadas a garantir que os seus Parceiros e empresas do grupo cumpram todas as suas obrigações relativas à proteção dos dados pessoais objeto das operações de tratamento que conduzem, e, em última linha, responsabiliza-se pela sua realização, nos termos desta POLÍTICA.

Todos os parceiros e prestadores de serviços – pessoas singulares ou empresas - devem concordar manter um nível de proteção de dados pessoais equivalente ao plasmado nesta POLÍTICA.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS



Sem prejuízo, poderá haver transferência de dados – para Países Terceiros ou Organizações Internacionais - por razões relacionadas:

- .1 Com exigências legais.
- .2 Com a proteção dos titulares dos dados, por exemplo, para evitar *spam* ou tentativas de defraudar os utilizadores dos nossos produtos, ou para ajudar a evitar lesões graves ou a perda de vidas.
- .3 Com a operabilidade e manutenção da segurança dos serviços da empresa, incluindo evitar ou impedir um ataque nos nossos sistemas informáticos ou redes.
- .4 Com a proteção dos direitos das empresas, incluindo a aplicação dos termos que regem a utilização dos serviços – sendo que nestas situações vida privada do titular não pode ser investigada por conta própria da empresa ofendida, mas esta poderá denunciar a questão às autoridades.
- .5 Com exigências contratuais promovidas pelo próprio titular.

Todas as transferências serão registadas de maneira a que possam ser consultadas por quem tenha interesse legítimo para o fazer.

VIII. CONFIDENCIALIDADE DO TRATAMENTO

As operações de tratamento de dados pessoais conduzidas, diretamente pela PAINHAS ou indiretamente pelos seus Parceiros, são abrangidas por um dever de **confidencialidade** transversal aos respetivos colaboradores e demais profissionais com quem se relacione.

Os colaboradores e demais profissionais estão proibidos de aceder a dados pessoais em violação dos termos contratuais aos quais estejam vinculados e serão informados deste dever de confidencialidade que os vincula mesmo após término das suas funções, e sempre não obstante diferente solução resultar de legislação europeia.

A PAINHAS – na qualidade de Entidade Empregadora e Responsável pelo Tratamento de Fados - estabelecerá políticas de acesso a dados pessoais em razão das necessidades decorrentes das funções inerentes aos vários postos de trabalhos da sua estrutura, e será respeitado o princípio da “**necessidade de informação**”, impedindo, na medida do possível, a apropriação indevida de dados pessoais objeto das operações de tratamento conduzidas.

PROFISSIONAIS OBRIGADOS AO SIGILO: Os dados sensíveis, como o são os dados de saúde ou os dados biométricos, recolhidos dos colaboradores da PAINHAS, nomeadamente mas não só, em sede de medicina preventiva ou do trabalho para efeitos de avaliação da capacidade de trabalho do empregado, diagnóstico médico, prestação de cuidados de saúde ou de ação social, só serão usados por ou sob responsabilidade de um profissional de saúde sujeito à obrigação de **sigilo profissional** imposta pelas normas deontológicas da respetiva profissão.

O mesmo também acontecerá com os dados recolhidos para efeitos de contabilidade (como por exemplo, o contribuinte, número de inscrição na segurança social, dados bancários, entre outros), os quais serão tratados por um Contabilista Certificado ou um Revisor Oficial de Contas, igualmente sujeitos à mesma obrigação de sigilo profissional.

IX. AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS (AIPD)

A Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD) consiste num processo concebido para descrever as operações de tratamento e as finalidades das mesmas, avaliar a necessidade e proporcionalidade desse tratamento em função dos objetivos, e ajudar a gerir os riscos para os direitos e liberdades das pessoas singulares decorrentes do tratamento dos dados pessoais de que são titulares. Este, é um método que visa sobretudo a identificação e mitigação dos riscos inerentes ao tratamento de dados pessoais, mediante a adoção de medidas que permitam atenuar o impacto negativo que aquele tratamento possa ter para os titulares.

Sempre que a PAINHAS pretenda levar a cabo operações de tratamento de dados pessoais que sejam suscetíveis de implicar um **elevado risco** para os direitos e liberdades das pessoas singulares deverá realizar uma Avaliação de Impacto antes de iniciar o tratamento. Esta obrigação aplica-se aos seus Parceiros. Com efeito, a PAINHAS compromete-se a conduzir tal avaliação sempre que:

- .1 Introduza um sistema de controlo sistemático de **zonas acessíveis ao público** em grande escala como o são exemplificadamente as ruas e as praças.
- .2 Trate **dados pessoais relativos à saúde** por redes de comunicação e com uso de dispositivos eletrónicos.
- .3 Trate **categorias especiais de dados** (dados de origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas, ou a filiação sindical, os dados genéticos, os dados biométricos, os dados relativos à saúde ou os dados relativos à vida sexual ou orientação sexual de uma pessoa), **dados pessoais relacionados com condenações penais e infrações**, ou **dados de natureza altamente pessoal**. Incluem-se as situações em que estes dados sejam tratados para finalidade de arquivo de interesse público, investigação científica e histórica ou fins estatísticos (exceto se os tratamentos previstos e regulados por lei apresentem garantias adequadas dos direitos dos titulares) e se esses dados forem tratados com utilização de novas tecnologias ou nova utilização de tecnologias já existentes.
- .4 Trate dados pessoais para **criação ou definição de perfis** em grande escala.

- .5 Trate dados pessoais que permitam rastrear a **localização** ou os **comportamentos** dos titulares, tendo como efeito a avaliação ou classificação destes, exceto quando o tratamento seja indispensável para a prestação de serviços pedidos pelos titulares.
- .6 Trate dados **biométricos** ou **genéticos**, quando os titulares sejam pessoas vulneráveis.

Quando a Avaliação de Impacto demonstrar que as operações de tratamento que se pretendem realizar implicam um elevado risco para os titulares de dados, a PAINHAS está obrigada a consultar a Comissão Nacional de Proteção de Dados antes de dar início a esse tratamento.

A PAINHAS servir-se-á destas avaliações para demonstrar o bom cumprimento do seu dever de proteção de dados pessoais, obrigando-se a solicitar a opinião dos titulares dos dados pessoais ou o parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados, sempre que necessário.

X. VIOLAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A. OBRIGAÇÃO DE REPORTAR INCIDENTES

Sempre que se verifique qualquer tipo de incidente que represente uma violação dos dados pessoais tratados, a PAINHAS deverá ser avisada para dar o devido seguimento de controlo de crise.

Os titulares dos dados violados serão informados – sem demora injustificada - quando o incidente represente **elevado risco** para os seus direitos, liberdades e interesses fundamentais, mediante comunicação escrita em linguagem clara e de fácil compreensão que informe:

- .1 Os contactos do Encarregado de Proteção de Dados ou da pessoa responsável dentro da empresa, para que possam ser solicitadas outras informações;
- .2 As consequências prováveis da violação ocorrida;
- .3 Da capacidade da PAINHAS para assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento de dados.
- .4 Da capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico.
- .5 Do processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento.

Esta obrigação não é aplicável se as medidas técnicas e organizativas existentes ou adotadas forem suficientes e adequadas à tutela dos titulares dos dados pessoais ou se implicar um esforço desproporcionado, caso em que é feita uma comunicação pública para o efeito.

B. COOPERAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM A AUTORIDADE DE CONTROLO

Sempre que algum incidente de violação de dados pessoais cause um risco para os direitos, liberdades e interesses fundamentais dos seus titulares a PAINHAS informará a Autoridade de Controlo da ocorrência com a maior brevidade, e sempre num prazo máximo de 72 horas, sob pena de ter de justificar e fundamentar a sua demora.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS



Eventuais entidades subcontratadas com quem a PAINHAS se relacione estão obrigadas a informar as ocorrências de incidentes de violação de dados pessoais logo após conhecimento de facto.

No geral: existirão relatórios de reporte que documentem as violações que ocorram e que identifique as medidas de reparação adotadas face à necessidade de reparação de danos presentes e de mitigação de danos futuros. Assim como mecanismos e procedimentos céleres e eficientes de comunicação.

A PAINHAS cooperará, a par das entidades subcontratadas com quem se relacione, com a Autoridade de Controlo, da forma mais tendencial possível, com o envio de relatórios, solicitações de pareceres e orientações, e sempre que a pedido daquela entidade.

Em Portugal, a Autoridade de Controlo é a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

XI. ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS

HEDA - ENCARREGADOS DE PROTEÇÃO DE DADOS

Rua João Ramalho, n.º 141

4200-292 Porto

(+351) 220 995 423

info@hedadpo.pt

<http://www.hedadpo.pt/>

A PAINHAS garante que o Encarregado de Proteção de Dados desempenha as suas funções com independência e que não será instruído na sua atuação, nem penalizado por esse facto. O Encarregado de Proteção de Dados não pode ser responsabilizado pelo incumprimento da PAINHAS em relação às obrigações que, nos termos do previsto na legislação aplicável em matéria proteção de dados, lhe caibam.

A PAINHAS assegura que o Encarregado de Proteção de Dados será envolvido em todas as questões relacionadas com a proteção de dados. Com efeito, compromete-se a apoiá-lo no exercício das suas funções, a fornecer-lhe os recursos necessários ao desempenho das mesmas e à manutenção dos seus conhecimentos, a dar-lhe acesso a toda a documentação, e a permitir-lhe o acesso aos dados pessoais e às operações de tratamento.

O Encarregado de Proteção de Dados deve ser envolvido nos seguintes aspetos:

- .1 Registo ou inventário de dados pessoais.
- .2 Desenvolvimento e implementação de políticas de proteção de dados e procedimentos internos de tratamento.
- .3 Controlo da segurança.
- .4 Redação e alteração de contratos.
- .5 Notificações de privacidade.
- .6 Eventuais queixas e ações judiciais.

.7 Violações de dados.

O exercício das funções de Encarregado de Proteção de Dados pressupõe a obrigação de sigilo e confidencialidade de todas as informações de que tenha conhecimento no exercício da sua atividade. As referidas funções consistem no seguinte:

- .1 Aconselhamento, monitorização e controlo do cumprimento das regras de proteção de dados, devendo informar e aconselhar a PAINHAS, os seus Parceiros e Prestadores de Serviços e os seus Colaboradores, a respeito das obrigações que lhes cabem nos termos do RGPD.
- .2 Promoção da formação e sensibilização das entidades com quem a PAINHAS se relaciona – sobretudo os seus colaboradores – para matérias de proteção de dados.
- .3 Realização de auditorias periódicas para averiguar da conformidade com o RGPD.
- .4 Aconselhamento em Avaliações de Impacto sobre proteção de dados e controlo da realização das mesmas, bem como emissão de pareceres nesse contexto.
- .5 Colaboração com a Autoridade de Controlo, servindo de ponto de contacto com a mesma, notificando-a das operações de controlo com mais risco para os titulares de dados e monitorizando a implementação das suas recomendações.
- .6 Relacionamento com os titulares dos dados nomeadamente no âmbito do exercício dos seus direitos.

XII. SEGURANÇA E PRIVACIDADE NO TRATAMENTO DE DADOS: TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, E OUTRAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

A PAINHAS reconhece que todos estes dados pessoais que trata são – indiscriminadamente - de relevada importância e merecem ser devidamente protegidos.

É neste seguimento que ora assume o compromisso de garantir a proteção da segurança dos dados pessoais que lhe são disponibilizados, através da implementação de medidas de segurança físicas e lógicas contra a sua difusão, perda, e uso indevidos, bem como contra o seu tratamento ou acesso não autorizado ou qualquer outra forma de tratamento ilícito.

Tal implica, desde logo, centralizar o arquivo por processos individuais únicos de acesso reservado a profissionais devidamente identificados e autenticados, restringidos no seu conhecimento sobre os dados pessoais que o integram por políticas de atribuição de direitos de acesso e privilégio, evitando acessos não autorizados e indevidos, contra a sua perda, destruição e corrupção.

Todas as operações de tratamento de dados estarão devidamente monitorizadas e registadas para efeitos de controlo sobre as mesmas, mas também para prova de proteção dos dados.

Ademais, a PAINHAS obriga-se a que também o fluxo de dados preveja a encriptação dos mesmos bem como outras medidas que permitam o secretismo da informação transmitida.

A segurança dos dados não estará limitada ao suporte dos mesmos, que poderá ser digital ou não.